

# TURISMO EM SANTA CATARINA: NOTAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO SETOR\*

Helton Ricardo Ouriques\*\*

**Resumo:** O objetivo principal desse artigo é analisar o mercado de trabalho no turismo em Santa Catarina, com ênfase nos empregos formais. Procura-se também mostrar brevemente as principais características do turismo em escala mundial e como estas são reproduzidas localmente. Além disso, o texto descreve a evolução recente do turismo nesse Estado, apresentando-a igualmente como parte de um contexto maior de transformações da economia catarinense.

**Palavras-chave:** turismo; mercado de trabalho; Santa Catarina.

**Abstract:** The main purpose of this article is to analyze the labor market in the tourism sector of Santa Catarina, addressing specifically the formal job market. The main characteristics of the tourism industry in the world scale and how these situations are reproduced locally are approached and discussed. Besides, the text describes the recent evolution of the tourism sector in Santa Catarina, dealing with it as part of a larger context of transformations of the local economy.

**Keywords:** tourism; job market; Santa Catarina.

---

\*Esse texto é resultado de pesquisa financiada pelo FUNPESQUISA/UFSC, no ano de 2006. O autor agradece a colaboração do bolsista Gustavo Pinto de Araújo.

\*\*Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. Correio: helton@cse.ufsc.br

## Introdução

Desde os anos 1980, as atividades ligadas direta ou indiretamente ao turismo vêm crescendo no Estado de Santa Catarina. Por conta disso, o turismo passou a ser visto com seriedade pelos mais distintos segmentos sociais, a ponto de se tornar uma aposta unânime nos mais distintos projetos de desenvolvimento, tanto nas esferas locais quanto em âmbito estadual. Na verdade, podemos facilmente descrever a existência de um consenso envolvendo esta atividade econômica, que é percebida como grande fonte: a) de oportunidades de negócios, por parte dos empresários; b) de arrecadação de tributos diretos e indiretos, por parte do poder público; c) de postos de trabalho, por parte dos trabalhadores.

O turismo, desde meados dos anos 1980, vem sendo alçado à condição de uma das atividades motoras do prolapado “modelo catarinense de desenvolvimento”. Em uma época na qual as preocupações ambientais foram sendo disseminadas, o turismo foi facilmente associado à questão ecológica, visto como uma “atividade responsável” a partir desta perspectiva. Não é por outra razão que é associado ao “desenvolvimento sustentável” e todos os principais agentes envolvidos nesta atividade apontam ser esta sua principal virtude: ser uma indústria “sem chaminés”.

Como segunda virtude, é comum associar o turismo com a criação rápida de postos de trabalho, sendo este um setor que proporciona ocupações variadas em lugares e épocas do ano também variadas. No verão, o litoral catarinense se transforma e trabalhadores em ocupações variadas encontram postos de trabalho: garçons, cozinheiros, trabalhadores na hotelaria, vendedores ambulantes, comerciários, seguranças, entre outros.

Uma quantidade significativa de ocupações parece estar atrelada, direta e indiretamente, ao fluxo de visitantes que invadem as praias de Santa Catarina durante o verão. No inverno, os fluxos, mesmo que menores, direcionam-se à Serra Catarinense. E, na primavera, ocorrem as festas de outubro, tornadas tradicionais no Vale do Itajaí. Portanto, à primeira vista, já existe um fluxo consistente de visitantes em nosso Estado que garante uma maior regularidade nas ocupações ligadas ao turismo, embora haja períodos em que o aumento dos postos de trabalho no setor parece ser mais significativo.

Contudo, é necessário que sejam discutidas melhor essas duas facetas do turismo. De um lado, alguns estudos têm mostrado que a expansão turística, particularmente no litoral catarinense, contribui para a degradação ambiental, como relatam Ferreira (1992) Moretto Neto (1993) e Câmara (2001). De outro lado, dizer que o turismo gera postos de trabalho é insuficiente, tendo em vista a precariedade e os salários baixos das ocupações criadas, como já apontado em pesquisa anterior (Ouriques, 1998).

E é esse ponto específico, isto é, o mercado de trabalho do turismo, que aqui será abordado. Para isso, será feita uma análise sobre as características estruturais dos empregos formais no setor turístico catarinense, através da análise da base de dados RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Como é possível efetuar comparações sobre condições salariais e de empregabilidade para os distintos setores da atividade econômica e também perceber a evolução das ocupações em nosso Estado, pretende-se analisar o setor turismo em comparação com outros ramos da economia. O senso comum, manifestado pelas opiniões dos capitalistas, da imprensa e do meio político é o de que o turismo é um “grande” empregador no Estado, o setor “que mais cresce”, configurando-se como o futuro da economia catarinense. O que há de plausível nessas informações? Por isso cabe investigar se as características mundiais do setor, já apontadas na literatura (Organização Mundial do Turismo, 2001 e Organização Internacional do Trabalho, 2001), também aparecem em Santa Catarina.

Segundo essas fontes, os empregos do turismo são precários, temporários, com remunerações abaixo da média, baixos índices de sindicalização, com baixa qualificação, utilização intensiva de trabalho infantil e feminino (que tem remuneração inferior ao trabalho masculino adulto). A análise do mercado formal será crucial para que seja confirmada a hipótese, aqui aventada, de que o setor turístico catarinense apenas segue essa tendência mundial, contrariando o mito que alguns entes sociais propagam de ser este o principal setor da economia catarinense.

## **Uma apreciação geral sobre o turismo em Santa Catarina**

É necessário salientar, inicialmente, que as atividades ligadas ao turismo vêm se expandindo sobremaneira em Santa Catarina desde os anos 1980, no contexto maior da própria expansão mundial e nacional dessas atividades.

Embora já constasse nos discursos e planos de governo anteriores aos anos 1980, a atividade turística somente vai se tornar um objeto importante de preocupações políticas a partir deste período. Isso se deve às grandes enchentes ocorridas no Estado em 1983, quando, segundo aponta a pesquisa de Zanella (1999), o turismo entra na ordem do dia como uma das alternativas econômicas para colaborar na reconstrução do Vale do Itajaí. Basta que se mencione aqui que as festas de outubro foram inventadas justamente após as enchentes que se abateram sobre Santa Catarina.

Sendo alçado à condição de alternativa prioritária para a reconstrução das regiões atingidas no Estado, o turismo passa a nortear as políticas de desenvolvimento dessas áreas. É nesse contexto que deve ser compreendida

a utilização da cultura local pelo turismo, que implicou a tentativa de consolidação social da mesma.

Assim, assiste-se ao surgimento do fenômeno da “invenção das tradições”. Isto é, a produção de espetáculos, baseados na temática dos distintos processos de colonização do Estado. Isso se dá através da colocação, em primeiro plano, dos componentes étnicos como explicativos das diversidades regionais catarinenses. As colonizações alemã e italiana, por exemplo, pautam a propaganda turística no Vale do Itajaí, no Norte e no Sul do Estado. E a colonização açoriana configura-se como elemento importante no turismo litorâneo, em especial na Ilha de Santa Catarina.

É por isso que, a partir de meados de década de 1980, os documentos oficiais, propagandas turísticas e mesmo artigos científicos acabam citando e descrevendo as diferenças regionais catarinenses através das distintas formas de colonização que são aproveitadas como ingredientes da visitação turística. Essa valorização do componente étnico, é importante que se registre, é uma estratégia já clássica de criação de nichos de mercado no turismo. Podem-se citar as experiências européias, nas quais as diferenças de língua, alimentação, comportamentos, folclores são aproveitadas como mecanismos de afirmação e recriação de identidades locais e, é claro, de produção do turismo, através do resgate do passado, transformado em mercadoria.

Contudo, é necessário que se aponte um paradoxo: ao mesmo tempo em que se busca resgatar as tradições em benefício da indústria do turismo, os modos de vida não regidos por relações tipicamente capitalistas entram em processo de decadência e mesmo de extinção. O caso mais evidente é percebido no litoral, onde as comunidades pesqueiras e artesanais, isto é, baseadas na pequena produção mercantil, foram sendo paulatinamente expropriadas e transformadas em trabalhadores assalariados.

A expropriação se dá pela perda da possibilidade de uso e ocupação do solo, traduzida na fragmentação das propriedades, na venda dos terrenos que posteriormente serão utilizados para veraneio, construção de edifícios residenciais, comerciais ou hoteleiros, de modo que, com o passar dos anos, em muitas comunidades ocorreu um rápido processo de perda das terras, com a conseqüente impossibilidade de ser mantida a pequena lavoura tradicional (sabe-se, por exemplo, que até o início dos anos 1970 havia lavouras de milho e mandioca no Norte da Ilha de Santa Catarina).

Paralelamente, por conta das dificuldades da pesca artesanal, ocasionadas principalmente pela concorrência com os barcos de pesca (economicamente mais eficazes na pesca de alto-mar), os pescadores foram sendo transformados em trabalhadores assalariados. Além disso, com a introdução de uma infra-estrutura turística, as famílias desses pescadores foram sendo absorvidas parcialmente nas funções subalternas da escala ocupacional (nos setores de hospedagem e alimentação). Completaram-se assim as

condições plenas para a introdução de novas relações sociais, de cunho capitalista, no litoral catarinense.

E justamente quando um modo de vida se desestrutura surgem as possibilidades de inseri-lo, de forma caricaturada, como atrativo turístico. Esta é uma das peculiaridades mais marcantes do turismo contemporâneo, assinalada recentemente por Ouriques (2005). Esse argumento também é desenvolvido por Canclini (1983), que também apontava que a “fascinação nostálgica pelo rústico e pelo natural é uma das motivações mais invocadas pelo turismo” (p. 66). Para este autor, embora o objetivo básico do sistema capitalista seja a apropriação da natureza e a subordinação de todas as outras formas de produção à economia mercantil, “esta indústria multinacional que é o turismo necessita preservar as comunidades arcaicas como museus vivos” (idem).

Ressalte-se que esse processo, como tudo o mais, não é exclusivo e específico do território catarinense. Vários pesquisadores já relataram situações similares de resgate das tradições, de forma inventada, como por exemplo John Urry (1996), que fala da “autenticidade encenada”, citando o caso de uma pequena cidade da Inglaterra na qual as pessoas estariam, cada vez mais, utilizando trajes medievais, com o intuito de fazer com que os turistas tivessem um contato visual e tangível com o passado. Também são inventadas “tradições novas”, especificamente para atender aos turistas. No Nepal, por exemplo, “o festival de Ladakh, realizado na primeira semana de agosto, foi criado recentemente pelo Serviço de Turismo com o único intuito de atrair visitantes” (Schackley, 1999: 28).

O fato é que a cultura local é transformada em bem de consumo, equiparada a quaisquer outras mercadorias, como denuncia Robinson (1999): “cerimônias religiosas, ritos e festas étnicas são constantemente empobrecidos e asseptizados para corresponder às expectativas dos turistas” (p. 22). O mesmo tipo de crítica é efetuado por Schackley (1999), que mostra como o sucesso do budismo no Ocidente transformou-o em atração turística: “essas festas, com suas magníficas danças com máscaras, cumpriam antigamente um papel essencial na aproximação das comunidades isoladas. Hoje, porém, freqüentemente são transformadas em produtos culturais para turistas. Em decorrência de seu sucesso comercial, as práticas tradicionais foram descaracterizadas, e as populações locais afastaram-se” (p. 28).

Voltando ao espaço catarinense, não é surpreendente os esforços dos capitalistas do turismo, da imprensa e dos políticos em promoverem, por exemplo, “o maneirismo”, “o modo de vida ilhéu” e, indo para o interior, as culturas “européias” dos colonizadores do Estado de Santa Catarina.

Trata-se, para o caso da grande Florianópolis, em especial, de transformar algo que até bem recentemente era ofensivo (isto é, ser “mané” era sinônimo de ser “atrasado”, “bronco”) em uma forma de autovalorização.

Duplo objetivo: ideologia de cunho político, que aparece geralmente em períodos eleitorais (isso apareceu fortemente em Florianópolis nas eleições para a prefeitura em 1992 e 2004); e, principalmente, transformação do “manezismo” em equivalente de uma “identidade açoriana”, vendida como atrativo turístico.

Assim, as escassas rendeiras hoje em atividade já são objetos de atração turística e mesmo os pescadores mais velhos em breve serão acompanhados em suas baleiras pelas hordas de turistas, ávidos por presenciar uma “atividade arcaica”. Aliás, isso já ocorre com o arrastão da tainha no litoral catarinense, quando os turistas têm uma vivência participante (para usar uma expressão dos antropólogos) e ajudam a puxar a rede para a praia em troca de fotos e do peixe. Os turistas sentem-se assim felizes, por se sentirem como “partícipes” de uma pescaria.

Até o turismo religioso catarinense, que vem tendo importante impulso com a canonização de Madre Paulina (ocorrida em 2002), implica indiretamente a reinvenção da tradição, além da mercantilização progressiva da fé. Isso porque a prefeitura municipal de Nova Trento, através de decreto, transformou 36 igrejas, capelas e oratórios em patrimônios históricos e culturais. Nas escolas, os estudantes vêm recebendo aulas sobre Madre Paulina, além de instruções de como receber e tratar bem aos turistas e – e é isso que se quer aqui registrar – até mesmo um antigo e extinto grupo de danças típicas italianas foi reativado para se tornar mais uma atração turística (Ouriques, 2006).

Como último exemplo, cabe citar de Savoldi (2001) que mostra como, no município catarinense de Urussanga, em nome de um passado “italiano”, chegou-se a inventar uma “dança típica”. Isso porque foi criado um grupo de dança italiana, baseado na tarantela. Contudo, essa era uma dança comum no Sul da Itália, em Nápoles.

Na região do Vêneto, de onde vieram os antepassados dos habitantes locais, não havia nenhuma espécie de dança, segundo a pesquisadora, já que por conta da opressão religiosa, a dança era considerada uma atitude pagã. O traje típico com o qual os “italianos” de Urussanga dançam a tarantela napolitana não existia no Norte da Itália, de onde vieram seus avós e bisavós. Trata-se de um espetáculo turístico baseado em uma falsificação da história.

É preciso compreender que todo esse movimento de “resgate das tradições”, “recuperação da cultura local”, tem que ser inserido, a partir da perspectiva crítica, como componente intrínseco da atividade turística, que busca incansavelmente mecanismos para se expandir. A indústria do turismo, portanto, transforma as manifestações culturais em espetáculos para turista e inventa tradições étnicas, mesmo quando essas são desvinculadas de uma base histórica anterior efetiva. E isso não é surpreendente, em uma época em que parecer já é até mais importante do que ter, como nos lembra Debord (1997).

## O mercado de trabalho no turismo: algumas evidências

Nesta seção, objetiva-se apresentar alguns resultados, com base em estatísticas oficiais, acerca da situação dos trabalhadores no setor turístico catarinense.

Segundo dados da Embratur, a participação do setor de Alojamento de Santa Catarina na economia brasileira manteve-se estável entre 1995 e 2003, em relação ao número de empregados, foi de 5,19% em 1995, 5,39% em 1999 e de 5,19% em 2003 (Embratur, vários anos). Por outro lado, uma análise dos dados estatísticos disponíveis permite que se percebam que os empregos no setor turístico, em Santa Catarina, possuem as mesmas características descritas pela Organização Mundial do Turismo (2001) em relação ao turismo global. De acordo com essa entidade, o mercado de trabalho turístico mundial possui as seguintes características:

- elevada porcentagem de trabalhadores em meio período;
- elevada porcentagem de trabalhadores temporários e ocasionais;
- importante presença de mulheres com contratos de meio período em hotelaria e restaurantes, maior do que em outros setores econômicos;
- escasso número de mulheres em cargos de responsabilidade;
- presença importante de trabalhadores estrangeiros com contratos de meio período;
- nos países em desenvolvimento, os estrangeiros geralmente ocupam os cargos de responsabilidade;
- também em hotelaria e alimentação se observa uma importante presença de jovens com escassa qualificação ou estudantes empregados no setor esporadicamente;
- grande número de trabalhadores clandestinos;
- menor retribuição que em outros setores econômicos;
- maior número de horas semanais trabalhadas para os empregados do setor, com horário e turnos de trabalho especiais;
- grau de sindicalização inferior a outros setores (OMT, 2001:353).

Essas características são perceptíveis na realidade catarinense que acaba, portanto, reproduzindo as mesmas situações existentes em âmbito global. Em relação aos salários, por exemplo, um exame detalhado das informações disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – entre os anos de 2002 e 2006, evidencia a situação salarial desfavorável dos trabalhadores do setor turístico em relação a outros setores da economia, como se pode perceber na Tabela 1.

**Tabela 1 – Salários médios em atividades econômicas selecionadas – SC – 2000 a 2006 (R\$ de dezembro de 2006)**

ATIVIDADES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Atividades de imunização, higienização e limpeza	393,30	419,18	386,35	408,47	408,47	417,80	440,50
Restaurantes e outros serviços de alim. e bebidas	485,72	485,34	467,08	475,93	491,27	496,80	524,51
Hotéis e similares	579,64	585,07	570,55	564,19	590,27	593,03	628,96
Comércio varejista de combustíveis	613,88	597,52	575,23	606,62	621,65	638,71	678,87
Comércio varejista não-especializado	618,00	633,11	585,01	608,22	632,86	650,04	688,43
Outras atividades de serviços prestados	650,26	667,85	655,81	766,54	788,24	807,63	1054,62
Com. varejista de outros produtos	652,24	646,50	623,55	656,34	671,30	691,91	643,70
Condomínios prediais	656,33	666,68	638,37	674,96	678,92	678,24	708,29
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	714,95	730,22	672,16	715,91	732,55	755,66	679,91
Atividades de investigação, vigilância e segurança	760,26	1.010,46	709,46	743,27	753,88	744,04	790,31
Educação infantil e ensino fundamental	864,30	838,52	834,34	822,88	826,21	808,02	796,98
Administração do estado	1.379,20	1.323,30	1.323,54	1.236,22	1.326,91	1.373,51	1.505,89
Telecomunicações	1.645,58	1.740,88	2.429,84	2.065,00	1.381,40	1.466,93	-
Serviços coletivos prestados pela adm. pública	2.491,14	2.631,78	2.857,97	2.964,75	2.991,49	3.265,41	3.247,70
Intermediação monetária - depósitos à vista	2.822,72	2.722,08	2.687,41	3.028,58	2.846,60	2.791,28	2.742,25
MÉDIA DE SC	949,15	954,42	930,45	938,3	961,42	979,41	1.037,27

FONTE: RAIS, vários anos. Deflacionado pelo IPCA (IBGE).

Observando a situação dos trabalhadores diretamente ligados ao setor turístico, nas atividades econômicas “Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas” e “Hotéis e similares”, é possível perceber que os dois setores estavam entre os que pior remuneravam entre 2000 e 2006, só estando à frente das “Atividades de imunização, higienização e limpeza”. Frise-se que a mesma situação ocorreu no Brasil, no mesmo período (Anexo 1).

No ano de 2000, o setor “Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas” apresentou uma remuneração 48,83% inferior à média salarial total do Estado. Para o setor de “Hotéis e similares”, a remuneração percebida foi 38,93% abaixo da média estadual. Para o ano de 2006, último ano da série apresentada, os trabalhadores do setor “Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas” receberam salários 39,36% abaixo da média estadual. No setor de “Hotéis e similares”, as remunerações foram 49,43% inferiores ao total estadual.

A comparação com os dados salariais do Brasil<sup>1</sup> também não é favorável, posto que tanto para 2000 quanto para 2006, os salários médios nos dois setores aqui apresentados são um pouco menores do que a média brasileira. No setor “Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas” os trabalhadores ocupados receberam, em âmbito nacional, um salário médio de R\$ 524,32 em 2000 e R\$ 532,07 em 2006; já em Santa Catarina, receberam respectivamente R\$ 485,72 e R\$ 524,51. Em outras palavras, em 2000 os trabalhadores do setor, em Santa Catarina, tiveram remunerações 7,36% inferiores à média nacional, havendo uma pequena melhora em 2006 (pois ficaram 1,42% inferiores à média nacional).

No setor “Hotéis e similares”, os trabalhadores receberam, em âmbito nacional, um salário médio de R\$ 630,34 em 2000 e R\$ 664,34 em 2006; para Santa Catarina, os montantes recebidos foram, respectivamente, de R\$ 579,64 e R\$ 628,96. No ano de 2000, os trabalhadores do setor, em Santa Catarina, receberam remunerações 8,04% inferiores à média nacional. E, em 2006, esse percentual foi 5,32% inferior ao pago nacionalmente. Tem-se assim uma característica dessas atividades diretamente ligadas ao turismo: seus trabalhadores percebem remunerações muito baixas na escala salarial da economia, tanto catarinense quanto brasileira<sup>2</sup>.

Igualmente a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – PNAD – realizada pelo IBGE nos anos de 2002, 2004 e 2006, revela uma apreciação desfavorável acerca da situação dos trabalhadores do grande grupo de “Alojamento e Alimentação”, como será mostrado a seguir.

**Tabela 2** – Pessoal ocupado por faixa de salários mínimos em SC - 2002 - (em %)

ATIVIDADE	Até ½ s.m.	+ ½ A 1 s.m.	+ 1 A 2 s.m.	+ 2 A 5 s.m.	+ 5 A 10 s.m.	+ 10 s.m.	SEM RENDIMENTO
Agrícola	3,33	8,28	12,83	15,10	2,76	0,89	56,41
Indústria	2,23	6,86	39,18	39,09	6,32	4,01	1,51
Ind de Transformação	2,28	6,95	39,85	38,67	5,94	3,93	1,55
Construção	0,99	10,89	37,95	40,59	4,95	1,32	3,30
Comércio e reparação	2,46	9,23	31,65	38,30	11,08	4,06	3,08
Aloj. e Alimentação	0,70	7,05	31,69	33,80	7,04	2,11	16,19
Administ. pública	1,01	7,58	25,76	30,30	23,73	10,10	0,51
Educação e saúde	1,43	7,45	34,96	34,67	13,47	5,16	1,72
Serviços domésticos	18,18	38,39	34,68	7,74	0,00	0,00	0,67
Outros serviços	7,64	12,73	32,49	30,57	7,65	3,19	5,73
Outras atividades	1,28	6,73	23,72	36,86	11,54	1,28	1,92
TOTAL	3,31	9,80	28,37	30,77	7,91	3,74	15,51

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração do autor.

OBSERVAÇÕES: Os dados dizem respeito a percentuais por faixa salarial, por atividade econômica. A soma da linha não chega a cem, porque foram excluídos os dados da coluna “sem declaração”. O item “sem rendimento” inclui as pessoas que receberam somente em benefícios do trabalho principal.

Com relação aos salários, as Tabelas 2, 3 e 4, sobre faixas salariais da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNADS – elucidam a concentração de remunerações nos extratos inferiores. Para o setor “Alojamento e Alimentação”, no ano de 2002, estavam 39,44% dos trabalhadores na faixa compreendida entre 1/2 e 2 salários mínimos; 62,84% dos trabalhadores na mesma faixa para o ano de 2004 e 64,64% para 2006. Ou seja, ocorreu um aumento no percentual de trabalhadores recebendo remunerações mais baixas.

Além disso, a situação piorou também em relação aos outros setores da atividade econômica. Em 2002, o total de 39,44% de ocupados na faixa de dois salários mínimos era inferior aos percentuais da “Indústria” (48,27%),

“Construção” (49,83%), “Comércio e reparação” (43,34%), “Serviços domésticos” (91,25%) e “Outros Serviços” (52,86%). E, em 2006, o setor “Alojamento e alimentação”, que concentrou 64,64% dos trabalhadores na faixa salarial até dois salários mínimos, só ficou à frente neste quesito em relação aos “Serviços domésticos”, pois os totais dos demais setores citados foram os seguintes: “Indústria”, 61,37%; “Construção”, 52%; “Comércio e reparação”, 49,99%; “Outros Serviços”, 61,23%.

**Tabela 3 – Pessoal ocupado por faixa de salários mínimos em SC - 2004 - (%)**

ATIVIDADE	Até ½ s.m.	+ ½ A 1 s.m.	+1 A 2	+2 A 5	+5 A 10	+ 10	SEM RENDIMENTO
			s.m.	s.m.	s.m.	s.m.	
Agrícola	3,55	8,78	17,80	14,72	3,81	2,13	51,33
Indústria	2,93	6,98	42,90	35,92	6,90	1,67	2,38
Ind de Transformação	2,93	7,09	43,77	35,61	6,36	1,55	2,45
Construção	0,94	8,38	40,94	40,63	4,37	1,56	1,87
Comércio e reparação	2,72	9,26	36,49	32,25	10,68	3,49	3,70
Aloj e alimentação	2,70	18,92	41,22	26,35	5,41	0,68	4,73
Administr.pública	0,00	11,96	28,71	28,70	19,62	1,31	0,0
Educação e saúde	1,68	8,15	34,05	36,45	12,23	5,52	0,72
Serviços domésticos	20,50	38,16	34,63	5,65	0,35	0,0	0,35
Outros serviços	4,22	13,86	37,95	32,53	7,83	0,60	3,01
Outras atividades	0,28	6,82	27,56	35,80	18,18	9,09	1,70
<b>TOTAL</b>	<b>3,38</b>	<b>10,20</b>	<b>32,47</b>	<b>29,20</b>	<b>8,33</b>	<b>3,27</b>	<b>12,43</b>

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração do autor.

OBSERVAÇÕES: Os dados dizem respeito a percentuais por faixa salarial, por atividade econômica. A soma da linha não chega a cem, porque foram excluídos os dados da coluna “sem declaração”. O item “sem rendimento” inclui as pessoas que receberam somente em benefícios do trabalho principal.

**Tabela 4 – Pessoal ocupado por faixa de salários mínimos em SC - 2006 - (%)**

ATIVIDADE	Até ½ s.m.	+ ½ A 1 s.m.	+1 A 2	+2 A 5	+5 A 10	+ 10	SEM RENDIMENTO
			s.m.	s.m.	s.m.	s.m.	
Agrícola	2,89	9,57	14,74	12,16	3,65	1,37	54,86
Indústria	2,01	9,89	49,47	27,67	7,62	1,74	1,34
Ind de Transformação	2,06	9,63	50,48	27,79	7,02	1,38	1,38
Construção	1,14	10,86	40,00	38,29	5,71	0,57	2,86
Comércio e reparação	2,63	9,63	35,73	31,17	9,63	4,90	5,08
Aloj. e alimentação	3,03	14,14	47,47	20,20	6,06	3,03	5,05
Administr.pública	1,63	11,38	25,20	27,64	25,20	8,94	0,00
Educação e saúde	1,93	13,51	30,50	37,84	11,58	3,47	0,77
Serviços domésticos	19,65	42,77	32,95	3,47	0,00	0,00	0,58
Outros serviços	5,10	14,29	41,84	23,47	11,22	1,02	2,04
Outras atividades	1,35	10,36	35,59	27,03	15,32	6,76	1,35
<b>TOTAL</b>	<b>3,20</b>	<b>12,07</b>	<b>34,25</b>	<b>25,50</b>	<b>8,38</b>	<b>2,89</b>	<b>12,94</b>

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração do autor.

NOTA: Os dados dizem respeito a percentuais por faixa salarial, por atividade econômica. A soma da linha não chega a cem porque foram excluídos os dados da coluna “sem declaração”. O item “sem rendimento” inclui as pessoas que receberam somente em benefícios do trabalho principal.

Já em relação às horas trabalhadas, os dados da PNAD de 2002 (Tabela 5) apontam no item “Alojamento e alimentação” que 43,67% dos trabalhadores da atividade trabalhavam 49 horas semanais ou mais. Para o ano de 2004 (Tabela 6), esse percentual foi de 38,51%. Para o ano de 2006 (Tabela 7), esse percentual foi de 36,36%. Embora tenha havido uma queda no percentual de trabalhadores ocupados em mais de 49 horas semanais, é digno de registro que se trata do setor que mais concentra trabalhadores nessa situação, posto que atividades tradicionalmente associadas a longas jornadas semanais de trabalho, como as “Agrícola” e “Construção”, por exemplo, apresentarem percentuais inferiores de trabalhadores acima de 49 horas semanais (36,36% e 37,29%, respectivamente, para o ano de 2002; 35,64% e 33,44% para 2004; e 34,65% e 30,24% para o ano de 2006).

**Tabela 5** – Trabalhadores por faixa de horas trabalhadas em SC – 2002 - em (%)

<i>ATIVIDADE</i>	<i>Até 14</i>	<i>De 15 a 39</i>	<i>De 40 a 44</i>	<i>De 44 a 48</i>	<i>49 ou mais</i>
Agrícola	16,23	24,51	12,50	10,23	36,36
Indústria	2,49	7,48	59,04	16,47	14,51
Indústria de Transf.	2,56	7,40	59,05	16,36	14,63
Construção	2,64	7,59	40,26	12,21	37,29
Comércio e reparação	2,34	11,57	44,83	14,90	26,35
Alojamento e aliment.	4,93	19,72	16,90	14,79	43,67
Transporte e comunic.	0,50	11,45	33,83	11,44	41,29
Administração pública	1,52	22,73	60,10	8,59	7,07
Educação e saúde	4,3	34,10	47,85	5,73	8,02
Serviços domésticos	10,77	37,37	25,59	11,11	15,15
Outros serviços	11,47	26,11	33,76	8,28	20,38
Outras atividades	2,56	17,95	54,81	10,58	14,10
<b>TOTAL</b>	<b>6,61</b>	<b>18,10</b>	<b>38,66</b>	<b>12,26</b>	<b>24,28</b>

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração do autor.

NOTA: Os dados dizem respeito a percentuais por faixa de horas trabalhadas, por atividade econômica. A soma da linha não chega a cem, porque foram excluídos os dados da coluna “sem declaração”.

**Tabela 6 – Trabalhadores por faixa de horas trabalhadas em SC – 2004 - em (%)**

<i>ATIVIDADE</i>	<i>Até 14</i>	<i>De 15 a 39</i>	<i>De 40 a 44</i>	<i>De 44 a 48</i>	<i>49 ou mais</i>
Agrícola	13,74	28,55	13,92	8,16	35,64
Indústria	1,35	9,04	61,70	16,97	10,94
Indústria de Transf.	1,39	9,13	61,45	17,03	11,00
Construção	1,25	8,13	38,12	19,06	33,44
Comércio e reparação	1,63	11,66	45,21	18,84	22,66
Alojamento e aliment.	2,70	14,86	29,06	14,86	38,51
Transporte e comunic.	2,39	9,57	34,45	14,35	38,28
Administração pública	0,48	29,19	53,11	9,57	7,65
Educação e saúde	2,16	30,94	56,83	5,28	4,80
Serviços domésticos	10,25	43,46	24,38	10,95	10,95
Outros serviços	7,23	30,12	39,16	7,23	16,27
Outras atividades	0,85	18,18	62,79	8,24	9,94
TOTAL	4,69	19,17	42,33	13,06	20,71

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração do autor.

NOTA: Os dados dizem respeito a percentuais por faixa de horas trabalhadas, por atividade econômica. A soma da linha não chega a cem, porque foram excluídos os dados da coluna “sem declaração”.

**Tabela 7 – Trabalhadores por faixa de horas trabalhadas em SC – 2006 - em (%)**

<i>ATIVIDADE</i>	<i>Até 14</i>	<i>De 15 a 39</i>	<i>De 40 a 44</i>	<i>De 44 a 48</i>	<i>49 ou mais</i>
Agrícola	16,57	26,44	14,74	7,75	34,65
Indústria	1,34	9,09	64,04	12,43	12,97
Indústria de Transf.	1,38	8,80	64,24	12,52	12,93
Construção	0,57	5,71	45,71	17,71	30,29
Comércio e reparação	2,10	12,08	47,29	17,69	20,84
Alojamento e aliment.	2,02	14,14	28,28	17,17	36,36
Transporte e comunic.	2,5	13,33	35,00	13,33	35,83
Administração pública	1,63	34,96	52,03	4,07	7,32
Educação e saúde	3,09	31,27	55,60	3,86	6,56
Serviços domésticos	9,83	47,98	25,43	6,36	9,83
Outros serviços	6,12	25,51	39,80	6,12	22,45
Outras atividades	2,70	23,42	52,70	10,36	10,81
TOTAL	5,45	19,59	43,24	11,18	20,51

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração do autor.

NOTA: Os dados dizem respeito a percentuais por faixa de horas trabalhadas, por atividade econômica. A soma da linha não chega a cem, porque foram excluídos os dados da coluna “sem declaração”.

A situação de precariedade nas relações de trabalho pode ser evidenciada também pelos dados da PNAD relativos à contribuição ou não para a previdência social (Tabela 8). Para o ano de 2002, o setor “Alojamento e alimentação” apresentou um total de 45,07% dos ocupados contribuintes para a previdência. Seguindo a tendência geral, os anos seguintes da série mostram incrementos no percentual de contribuintes, até que se chega a um

percentual de 67,68% em 2006. Dizendo de outra forma, de um total de 54,93% de não contribuintes em 2002, o grupo “Alojamento e Alimentação” passou para 32,33% em 2006. Embora tenha havido uma melhora no período, o setor só está na frente (em 2006) dos setores “Agrícola”, “Construção Civil” e “Outros serviços sociais”, que são atividades que historicamente ocupam pessoas sem a devida proteção dos benefícios da previdência social. Cabe também dizer que essa situação, de as atividades do turismo serem pautadas por um total significativo de trabalhadores sem a proteção trabalhista, é um traço marcante do turismo mundial, também presente no setor em Santa Catarina.

**Tabela 8** – Pessoas de 10 anos ou mais, contribuintes para a previdência, segundo atividade principal (em %)

ATIVIDADE	2002	2003	2004	2005	2006
Agrícola	9,66	16,08	17,64	16,39	22,19
Indústria	80,05	78,15	80,65	82,87	81,68
Indústria de Transf.	80,26	78,33	80,52	82,83	81,98
Construção	35,97	40,56	40,63	41,62	40,57
Comércio e reparação	67,86	71,96	70,91	69,49	73,20
Alojamento e aliment.	45,07	52,87	58,11	65,56	67,68
Transporte e comunic.	75,12	74,46	74,65	78,46	74,17
Administração pública	90,41	86,92	89	86,89	90,24
Educação e saúde	88,25	80,45	86,57	85,32	87,26
Serviços domésticos	36,7	36,09	33,22	35,19	38,73
Outros serviços	49,68	44,38	48,19	50	57,14
TOTAL	54,79	57,81	59,59	60,26	62,37

Fonte: PNAD (IBGE), vários anos. Elaboração do autor.

Temos assim três características presentes nos postos de trabalho ligados às atividades turísticas em Santa Catarina: a) são setores que pagam salários muito baixos, em relação à média catarinense e outras atividades econômicas; b) são setores que concentraram trabalhadores em faixas salariais muito baixas (até dois salários mínimos); c) são setores que tem um percentual muito significativo de trabalhadores não contribuintes para a previdência social.

## Considerações finais

Em síntese, que considerações podem ser extraídas da breve análise precedente? Em poucas palavras, a participação dessas atividades relacionadas ao turismo tem pouca importância no volume de empregos formais existentes em Santa Catarina, contrariando assim o argumento de que tais atividades

possam ser dinamizadoras da economia regional, no sentido de promover “emprego e renda”. A propaganda e a ideologia do turismo em Santa Catarina exageram, na verdade, sua relevância econômica no aspecto “criação de empregos formais”.

Pode-se apreender, também, que a expansão dos postos de trabalho turísticos é fundamentada na precariedade, sazonalidade, informalidade e nos baixos salários, o que não quer dizer que o setor turístico não tenha sua importância aumentada nos últimos anos. Aliás, essas duas características não são, conforme apresentado nesse artigo, incompatíveis.

Portanto, para pesquisas futuras, importa analisar com mais vagar, através de investigações empíricas em estabelecimentos desse tipo, as características dos postos de trabalho no setor turístico. Dado o peso da informalidade nas relações de trabalho (que se constitui um traço marcante do turismo, de modo geral), somente através de observações dessa natureza é que se pode ter um quadro mais completo do que o esboçado nesse artigo. É nesse sentido que fica a sugestão de pesquisas científicas nessa direção.

## Notas

<sup>1</sup> Anexo 1.

<sup>2</sup> Em pesquisa anterior o autor, estudando as 349 ocupações classificadas existentes no país (metodologia do IBGE), evidenciou que as ocupações diretamente ligadas ao turismo estavam (exceção feita aos “Gerentes de hotéis e restaurantes”) abaixo da média salarial da economia brasileira (Ouriques, 2005). As posições na escala salarial foram as seguintes em 2001: a) Gerentes de hotéis e restaurantes, 144\*; b) Média da economia brasileira, 183\*; c) Agentes de viagens e guias de turismo, 200\*; d) Recepcionistas, 277\*; e) Trabalhadores de serviços de turismo, 295\*; f) Cozinheiros e assemelhados, 305\*; g) Trabalhadores de serventia (hotéis), 304\*; h) Garçons, barmen e assemelhados, 313\*.

## Referências

CÂMARA, Maurício R. **O turismo no litoral de Santa Catarina: tensões, conflitos e reorganização espacial**. Florianópolis, UFSC, 2001, 214 p. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

CANCLINI, Néstor G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo, Contraponto, 1997.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, 235 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Em busca de um turismo socialmente responsável**. Informe Trabalho, n. 39, junho de 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Introdução ao turismo. São Paulo, Rocca, 2001.

OURIQUES, Helton R. **Turismo em Florianópolis: uma crítica à indústria pós-moderna**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1998, 150 p.

\_\_\_\_\_. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, Alínea, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Santa do Turismo: o mercado da fé em Nova Trento (SC)**. In: Textos de Economia, Florianópolis, Departamento de Ciências Econômicas da UFSC, volume 9, n. 2, dezembro de 2006.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar**. Disponível na página <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>, acesso em março de 2007.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. Ministério do Trabalho. CD-Rom, vários anos.

ROBINSON, Mike. **Por um turismo consensual**. In: Turismo e cultura: um casamento por conveniência. O correio da Unesco, Brasília, set./out. 1999, p. 22-23.

SAVOLDI, Adiles. **Reconstrução da italianidade no Sul de Santa Catarina**. In: BANDUCCI JR., Álvaro e BARRETO, Margarita. Turismo e identidade local: uma visão antropológica. Campinas, Papyrus, 2001.

SHACKLEY, Myra. **Alta tensão no Himalaia. In: Turismo e cultura: um casamento por conveniência**. O correio da Unesco, Brasília, set./out. 1999, p. 28-30.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo, Studio Nobel, 1996, 231 p.

ZANELLA, Cláudia Cristina. **Atrás da porta: o discurso sobre o turismo na Ilha de Santa Catarina (1983 – 1998)**. Florianópolis, UFSC, 1999, (Dissertação de Mestrado em História).

## Anexo 1 - Salários médios em atividades econômicas selecionadas – brasil – 2000 a 2006 (R\$ de dezembro de 2006)

ATIVIDADES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Atividades de imunização, higienização e limpeza	460,28	496,87	462,86	489,58	488,31	511,87	515,11
Restaurantes e outros serviços de alim. e bebidas	524,32	521,96	498,49	502,42	514,38	521,65	532,07
Hotéis e similares	607,57	601,68	568,37	578,53	585,26	594,87	670,52
Comércio varejista de combustíveis	630,34	632,15	610,97	611,51	621,52	627,17	664,34
Comércio varejista não-especializado	646,67	648,31	623,82	643,30	645,12	652,56	679,80
Outras atividades de serviços prestados	684,35	682,34	658,45	677,83	689,30	700,82	637,39
Com. varejista de outros produtos	762,80	765,61	732,45	730,80	743,68	743,61	817,26
Condomínios prediais	855,49	849,62	801,75	843,61	850,07	867,36	751,04
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	863,75	937,56	841,94	858,57	859,99	864,37	882,20
Atividades de investigação, vigilância e segurança	1.013,39	899,81	871,57	852,19	839,47	862,85	985,86
Educação infantil e ensino fundamental	1.023,87	793,35	739,74	727,68	725,11	722,92	803,24
Administração do estado	1.331,59	1.316,14	1.296,11	1.269,38	1.290,90	1.324,88	1.397,95
Telecomunicações	2.270,25	2.696,23	2.626,41	2.642,09	2.748,71	3.010,43	3.116,54
Serviços coletivos prestados pela adm. pública	2.912,91	2.805,57	2.418,21	2.671,29	2.474,33	2.492,63	619,83
Intermediação monetária - depósitos à vista	3.617,28	3701,42	3.374,12	3.393,35	3.379,57	3.358,97	3.317,08
<b>MÉDIA DO BRASIL</b>	<b>1.134,77</b>	<b>1.143,13</b>	<b>1.085,81</b>	<b>1.085,07</b>	<b>1.095,01</b>	<b>1.112,81</b>	<b>1.169,58</b>

FONTE: RAIS, vários anos. Deflacionado pelo IPCA (IBGE).

Artigo recebido em 19.03.2007 e aceita a versão final em 30.06.2008